

Aristóteles

POÉTICA

Tradução, Prefácio, Introdução,
Comentário e Apêndices de
EUDORO DE SOUSA

IMPRESA NACIONAL - CASA DA MOEDA

Aristóteles

POÉTICA

Tradução, Prefácio, Introdução,
Comentário e Apêndices de
EUDORO DE SOUSA

4.ª edição

*Eu sou da turma Pilsen
Port. / Katim UERJ
1º período / 96*

IMPrensa NACIONAL - CASA DA MOEDA

Estudos Gerais Série Universitária • Clássicos de Filosofia

DO PREFÁCIO
À PRIMEIRA EDIÇÃO

.....
Facilitar, tanto quanto possível, a directa reflexão sobre o original grego da Poética — eis a obra que quiséramos realizar. A obscuridade da versão mais próxima do texto autêntico e a distância deste à versão mais clara hão-de assinalar por vezes a deficiência do trabalho e a falência do esforço. Mas, quem se proponha vencer esta distância e dissipar aquela obscuridade, bem avaliará a grandeza dos obstáculos que se nos depararam num caminho tanto tempo percorrido, embora tão curto fosse.

Vertido o tratado de Aristóteles no idioma pátrio, dir-se-ia, pois, que cumprida estava a tarefa de reatar, pelo menos neste ponto, o fio da tradição clássica, em Portugal entrecortado pelas inumeráveis instâncias de uma cultura demasiadamente pragmatista.

E, na realidade, bom ou mau que seja o resultado obtido, a segunda intenção que nos moveu foi esta: que a Arte Poética, outrora lida e relida entre nós, no texto grego original e nas famosas paráfrases latinas e italianas do Renascimento, como códice da mais perfeita técnica da epopeia e da tragédia, voltasse agora a ser lida e relida, em texto português, como a grande obra de ciência e de erudição que na verdade é.

Que a grandeza da Poética deixou de medir-se pela validade e rigor dos cânones que impusera à dramaturgia humanista — eis o que ficou demonstrado pela “hamburgesa dramaturgia” de Lessing e pela actividade poética de

todas as escolas românticas. Mostrar, porém, que nas poucas páginas deste livro temos de fundamentar o enunciado, e das mesmas páginas teremos de extrair a solução de alguns dos mais importantes problemas da poesia antiga — tal foi o inestimável contributo da filologia novecentista para a definitiva reabilitação de Aristóteles como “fonte” da história da literatura grega.

Pelas precedentes considerações se explica, de certo modo, a paradoxal estrutura deste volume. Dizemos “paradoxal”, pois que o leitor menos familiarizado com a imensa bibliografia da especialidade talvez encontre bem compreensível motivo de estranheza, no facto de a própria versão não ocupar metade sequer das páginas que à “Introdução” e aos “Índices” foram destinadas; enquanto, pelo contrário, talvez se dê o caso de que algum mestre de filologia clássica logo de início se detenha perplexo ante a ausência de minucioso comentário apenso ao texto vertido.

Como prévia advertência acerca da estrutura deste livro, a uns e outros nos permitimos dizer que, embora a leitura da Poética exija um mínimo de anotações que esclareçam os lugares obscuros e completem as lições truncadas, nem todos os leitores carecem dos mesmos esclarecimentos e dos mesmos complementos. Preferimos, por conseguinte, usar de índices, a que algum leitor recorrerá, chegado ao limite da sua capacidade de esclarecer ou de completar, mediante o próprio esforço e os próprios conhecimentos, o sentido da lição aristotélica, ao emprego de “notas”, decerto utilíssimas, mas que desviam a atenção e incitam à divagação para domínios estranhos àquele em que se desenvolve o pensamento do Estagirita.

Aliás, a inteligência daquela parte, por assim dizer, nuclear, e que consiste na exposição de uma teoria de efabulação trágica (cf. Introdução, caps. I e III), resulta sem grande dificuldade da simples leitura, atenta e meditada. Trata-se, designadamente, dos capítulos em que o Filósofo estabelece as regras a que deverá obedecer a composição dos argumentos, “se quisermos que a poesia resulte perfeita”. Essas regras, se bem que já não exerçam a “perene e

universal” função normativa, que o Humanismo renascente lhes atribuiu, mantêm ainda, e apesar de toda a insatisfação e insubordinação das escolas românticas e subseqüentes, o alto valor indicativo das características de uma época, na história da poesia, e das determinações do respectivo conceito, no sistema de Aristóteles. Através dessas regras, podemos e devemos procurar, ainda e sempre, responder às seguintes interrogações: “Que era a tragédia no tempo de Aristóteles?” e “como via Aristóteles a tragédia, no seu tempo?”.

O leitor dará a sua resposta, sem que para tal necessite de mais palavras que não sejam as do mesmo Filósofo.

Por outro lado, de modo mais ou menos explícito, também se encontram entretécidos nas malhas da argumentação estética os resultados de uma investigação histórica. E não só entretécidos; como que anotados à margem da lição principal da Arte Poética, a que acima nos referimos, esses resultados são hoje, talvez, os que mais importa considerar, entre todas as fugazes indicações que a Antiguidade nos legou, acerca da origem e desenvolvimento da tragédia grega. Tão importante e tão considerável é essa lição “marginal”, que nenhum teorizador da literatura poderá dispensar-se de regressar ao ponto em que Aristóteles a deixou inscrita, para tentar, depois, reconstituir os diversos momentos da sua própria problemática. Pode-se dizer que a data da publicação do Héraclès de Wilamowitz, senão a da Origem da Tragédia de Nietzsche, assinala o início de uma época, que ainda não terminou, em que todos os problemas da origem e do desenvolvimento do género dramático foram enunciados e resolvidos, e terão de continuar a sê-lo, em relação a Aristóteles, pró ou contra o enunciado e a solução que o Filósofo mal deixa entrever nas páginas da sua Poética.

Eis por que dedicamos a maior parte da Introdução ao difícil mister de apontar e sublinhar as mais viventes articulações deste diálogo da moderna filologia com a parte do ensino de Aristóteles e da sua escola, que à história da tragédia se refere. Decida-se o estudioso pela credibilidade ou

pela incredibilidade dos resultados da investigação histórica inaugurada no Liceu — não importa; importa sim, relevar aqui outro testemunho da perene actualidade de Aristóteles e outro sinal da profunda originalidade da Poética, como fonte da história da literatura grega.

*
* *

A presente versão baseia-se principalmente no texto grego editado por Augusto Rostagni: Aristotele Poetica, Turim (Chiantore), 2.^a ed., igualmente distante da sobrevalorização do Parisinus (Bywater) e da Versão Árabe (Gudeman). Para a tradução dos passos mais difíceis e interpretação das lições dúbias ou truncadas, consultámos os trabalhos de J. Hardy, A. Gudeman, I. Bywater, M. Valgimigli e F. Albergiani. Sempre que foi possível utilizámos a anónima versão portuguesa do século XVIII.

.....

POÉTICA

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

HISTÓRIA E CRÍTICA LITERÁRIA EM ARISTÓTELES. A POÉTICA E OS ESCRITOS CONGÊNERES

MANUSCRITOS MEDIEVAIS. PRIMEIRAS EDIÇÕES IMPRESSAS

Pela Idade Média, mais preocupada com problemas lógicos e metafísicos, a Poética passou quase despercebida. Num ramo greco-semítico da tradição, paráfrases de Avicenas e de Averróis compendiam uma versão árabe, conservada na Biblioteca Nacional de Paris (cod. ar. 882a), de Abu Bishr Matta (século XI), baseada no texto siríaco do século VII, de que resta apenas um fragmento, e num ramo greco-latino, situam-se as versões latinas de Hermann (Hermanus Alemanus) de Toledo, feita sobre uma paráfrase de tradição árabe, e de Guilherme de Moerbeke, sobre um apógrafo (perdido) daquele mesmo códice, do qual também deriva o famoso *Parisinus 1741*.

Jorge Valla (1498) e Aldo Manuzio (1508) serviram-se de alguns manuscritos que ainda existiam nas bibliotecas e arquivos de Paris, Florença e Roma. As sucessivas edições, até princípios do século XIX, pouco alteraram a *Aldina*. Quem se proponha confrontar com as actuais esta edição, protótipo de todas quantas se produziram nos séculos humanistas, nem precisa recorrer ao original grego; com-

pare, por exemplo, a anónima versão portuguesa, editada em Lisboa, em 1779, e a espanhola, impressa em Madrid, em 1798, da autoria de Joseph Goya y Muniain, com a inglesa de Bywater, a alemã de Gudeman, a italiana de Albergiani ou de Valgimigli, ou a francesa de Hardy, e bem avaliará as mutilações e as deformações que sofrera o texto da *Poética*, só verificadas depois da descoberta do *Parisinus*.

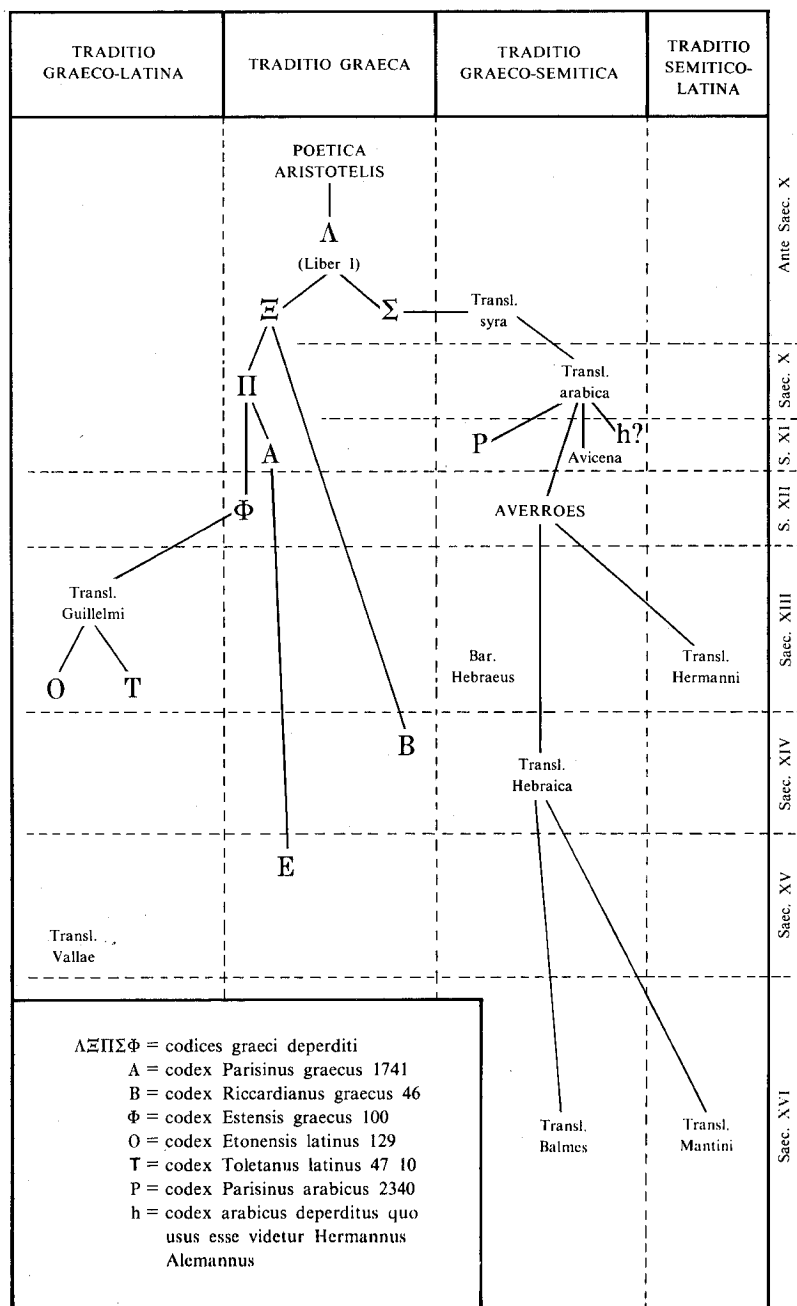
Colacionado por Bekker para a edição da Academia de Berlim, o altíssimo valor deste manuscrito não tardou que fosse universalmente reconhecido, e todas as edições que se seguiram — as de Ritter, Susemihl, Vahlen, Christ, Bywater — baseiam-se neste códice bizantino, que data de fins do século X, ou princípios do XI. Na opinião do último dos editores mencionados, todos os outros manuscritos seriam apógrafos do *Parisinus*, e as melhores lições que apresentam deveriam ser consideradas como emendas ou acréscimos conjecturais dos humanistas.

A reputação privilegiada deste manuscrito manteve-se intacta e intangível até os primeiros decénios do nosso século. Todavia, em 1887, publicara o orientalista D. S. Margoliouth, sob o título *Analecta Orientalia ad Poeticam Aristoteleam*, o texto da versão árabe com a versão latina de algumas passagens, ensaiando já a tese que, mais tarde, em 1911, no seu *Aristotle on the Art of Poetry*, ficaria plenamente demonstrada: alguns dos manuscritos do Renascimento, considerados apógrafos do *Parisinus 1741*, representam, na realidade, outro ramo da tradição. Com efeito, na segunda das mencionadas obras de Margoliouth, pelo minucioso confronto dos manuscritos gregos com o da versão árabe, imediatamente se revela a importância excepcional do *Riccardianus 46*, por isso que continham, tanto este como aquele, numerosas variantes que os filólogos do século passado supunham que não passassem de conjecturas dos renascentistas. Além disso, constava do *Riccardianus* um período que falta no *Parisinus*, por erro do copista, que consiste em omitir a frase ou frases intercorrentes entre palavras iguais (“homoioteleuton”), no caso presente, o

vocábulo *τόσον* (“arco”). As quatro linhas ausentes do *Parisinus* e transcritas na versão árabe, cuja tradução latina é a seguinte: “nam arcum quidem dixit, quod non posset quiquam alius, et dixerat illud poeta, in narratione etiam quae venerat de illo narratum est de re arcus quod certo sciturus erat quod non vidisset” — correspondem aproximadamente a um período homólogo do *Riccardianus*, pelo que se demonstrava a independência desse códice, e de alguns outros da mesma família, em relação ao *Parisinus*, que durante um século gozara do mais incontestável prestígio. É este, pois, um dos mais flagrantes exemplos da doutrina crítica, segundo a qual nem sempre “recentiores” significa “deteriores”.

O *Parisinus* (sigla A), o *Riccardianus* (sigla B) e a *Versão Árabe* (sigla Ar) constituem, por conseguinte, os elementos fundamentais da tradição manuscrita, no estado actual dos nossos conhecimentos paleográficos, embora não possamos afectá-los do mesmo coeficiente valorativo. O *Parisinus* é o códice mais completo e menos corrupto; o *Riccardianus*, se bem que mutilado — pois começa por alturas da página 1448 (Bekker), com uma lacuna de 1461 b 3 a 1462 a 17 —, representa, todavia, um ramo que se insere na tradição em data, pelo menos, três séculos anterior à redacção do *Parisinus*, e, como dissemos, corrige-o e completa-o em muitos lugares. Quanto à *Versão Árabe*, o papel que ela pode desempenhar na crítica textual da *Poética* é considerável; quando por mais não seja, pela “credencial” que outorgou ao *Riccardianus*, pois a tão diversa índole do pensamento e do idioma, grego e árabe, decerto não permite prosseguir no imoderado intento de Margoliouth, que pretendia, mediante a poética arabizada, atingir, quase diríamos, a *Poética* do Liceu.

A história do texto impresso e das traduções em língua latina e em idiomas modernos divide-se também pelas três épocas da tradição manuscrita, limitadas pela descoberta do *Parisinus* e a reabilitação do *Riccardianus* mediante a *Versão Árabe*.



Na primeira, situam-se todas as edições a partir de 1508, quando, em Veneza, Aldo Manuzio imprimiu o texto presumivelmente estabelecido por Lascaris, até 1831, data em que foi publicada em Berlim a edição de Bekker. Na segunda, sucedem-se as grandes edições críticas, baseadas na recensão do *Parisinus*: além da edição de Bekker, contam-se, entre as mais notáveis, as de Ritter (1839), Susemihl (1865) e Vahlen (1868), sendo esta a mais valiosa, mercê do aprofundado estudo crítico do códice fundamental que contém. Embora mais recente, a edição de Bywater (1909), por menosprezo da *Versão Árabe* e do *Riccardianus* (é o último testemunho de respeito “supersticioso” defronte a um “codex optimus”), agrupa-se com as precedentes. Enfim, na terceira época, iniciada pelos estudos de Margoliouth, merecem especial menção as edições de Rostagni (1.^a 1927, 2.^a 1945), Hardy (1932) e Gudeman (1934).

As traduções viriam a sofrer, naturalmente, as mesmas vicissitudes da tradição manuscrita e da edição impressa.

VIDA DE ARISTÓTELES

Embora a presente “introdução à *Poética*” não seja, nem pretenda ser, uma “introdução a Aristóteles”, motivos que por si mesmos se não de manifestar na sequência nos levam a inserir neste ponto um breve esboço da biografia do filósofo. Felizmente, a *Epístola* de Dionísio de Halicarnasso *ad Ammaeum* (§ 5) assinala, com louvável sobriedade, os sucessos da sua vida, e somente aqueles que, após o estudo tão luminosamente revelador de Werner Jäger (*Aristoteles*, cf. *Bibliografia*), nos aparecem justamente como as fases que mais importa considerar, desde que nos proponhamos seguir a evolução interna do pensamento aristotélico.

Nascido em 384 a.C., na cidade de Estagira, colônia fundada pelos calcidenses da Eubeia, Aristóteles era filho de Nicómaco, médico que se orgulhava de descender do próprio Asclépio, e que já havia assistido, outrora, a um rei de

Macedónia: Amintas II. Por morte do pai (366 a.C.), o jovem veio estabelecer-se em Atenas, e, ao que afirma Dionísio de Halicarnasso (ou a sua fonte), “recomendado a Platão”. Mas também é lícito acreditar que, aos dezoito anos, Aristóteles já teria atingido suficiente maturidade para se decidir entre a Academia filosófica de Platão e a Escola retórica de Isócrates. Em todo o caso, parece assegurado que desde aquela data até à morte de Platão (348 a.C.), isto é, durante vinte anos, o filósofo escutou as lições do mestre iluminado, assim como as do grande matemático que foi Eudoxo de Cnido, e as de Espeusipo, que viria a ser o primeiro exilarca da Academia, por morte do seu fundador. Talvez decepcionado pela eleição de Espeusipo, emigrou Aristóteles para Asso, na costa da Anatólia, onde, anos antes, se haviam estabelecido alguns discípulos de Platão, patrocinados por Hermias, tirano de Atarneu. Aí residiu três anos, ao fim dos quais lhe foi dado assistir a um dos lances mais dramáticos da conjura macedónica contra o império persa. Hermias governava um Estado, a cujas leis, por sua iniciativa generosa, não seriam estranhos os ensinamentos da *Politéia* utópica, mas ao qual, por outro lado, o Persa teria consentido em dar bastante liberdade para recensear um corpo de mercenários relativamente poderoso. Quando o Grande Rei se apercebeu de que ali, nos confins do Império, começava como que a guarda avançada dos exércitos da Macedónia, conseguiu apoderar-se arditamente de Hermias e crucificá-lo em Persépolis. Mas não obteve, nem pela tortura, que o tirano de Atarneu lhe revelasse o segredo de Filipe e de seus aliados. Não sabemos que parte Aristóteles e a pequena academia de Asso teriam desempenhado na conjura, mas o certo é que o filósofo, mais uma vez, teve de emigrar, agora para Mitilene, em Lesbo, casado com Pítias, sobrinha de Hermias. Em 343 a.C., responde ao chamado de Filipe, que o elegera para preceptor de seu filho, Alexandre. É de presumir que, já então, o filósofo ganhara, por seus escritos, a notoriedade que determinou tão honrosa eleição. Oito anos permaneceu na corte de Pela, instruindo o futuro dominador

de todo o mundo helenizado, precisamente na leitura do “educador da Hélade”: Homero. Após a morte de Filipe e no decurso dos acontecimentos que colocaram Alexandre no trono da Macedónia com dezanove anos de idade, Aristóteles regressou a Atenas (335 a.C.), onde permaneceu à testa do *Perípato* até ao dia em que o súbito falecimento do real discípulo (323 a.C.) deixava o filósofo à mercê dos revolucionários atenienses, que entraram de perseguir todos os acusados ou suspeitos de “colaboracionismo” macedónico. Refugiado em Cálcide, na Eubeia — aquela mesma cidade donde provinham seus avós maternos —, veio Aristóteles a falecer um ano depois (322 a.C.), com sessenta e três anos de idade.

TRADIÇÃO ARISTOTÉLICA NA ANTIGUIDADE

Sobre o problema da tradição aristotélica, isto é, acerca dos livros que a tradição atribui a Aristóteles, os dados de que dispomos são os seguintes:

A) Catálogos de escritos, que, em última análise, ascendem a Hermipo de Esmirna, discípulo de Calímaco, que, por sua vez, o foi de Praxífanos (I. Düring, *Aristotle in the ancient bibliographical tradition*, 1957), ou a Ariston, escolarca do Liceu a partir de 228 a.C. (P. Moraux, *Les listes anciennes des œuvres d'Aristote*, 1951). Destas atribuições podemos concluir que as obras alistadas nos catálogos ainda existiam no século III a.C. Ora, obras tais, exceptuadas algumas (não muitas) que se identificam com livros ou secções dos livros que constam do actual *Corpus Aristotelicum*, verifica-se pertencerem, na maioria, a duas classes de escritos; a) os “dados à publicidade” (*ἐξωτερικοί, ἐκδεδομένοι*), como o *Eudemo*, o *Protréptico*, *Da Justiça*, *Dos Poetas*, etc., e b) os “Hypomnémata” ou “Compilações”, como *Vencedores Olímpicos*, *Vencedores Píticos*, *Vitórias Dionisíacas*, *Didascálias*, *Problemas Homéricos*, *Constituições*, etc.

B) Por outro lado, com Aspásio, Ático e, sobretudo, Alexandre de Afrodísias, tem início no século II da nossa era aquela intensa actividade exegética sobre o texto de Aristóteles, que transpôs os confins da Antiguidade e da Idade Média (*Commentaria in Aristotelem Graeca*, ed. pela Academia Régia da Prússia, Berlim, 1882 e segs.). Mas, todos estes trabalhos incidem no texto do *Corpus Aristotelicum*, que ainda hoje possuímos na sua maior parte, e, como é sabido, este não contém as obras mencionadas na alínea precedente: os comentadores antigos e medievais, mesmo os mais sábios e eruditos, pouco ou nada conhecem dos exotéricos ou hipomnemáticos, e o pouco, ao que parece, só por via indirecta de citações.

Eis-nos, por conseguinte, perante duas épocas do aristotelismo antigo, ou — o que é mais notável e surpreendente — defronte a dois Aristóteles: um *Aristóteles da época helenística* (dos séculos III-I a.C.) e um *Aristóteles da época romana* (do século II d.C. em diante), não havendo outra inferência a extrair do facto, senão esta: em incerta data, nos três séculos que medeiam entre Hermipo e Aspásio, veio a lume uma nova edição de Aristóteles que rapidamente suplantou a antiga. Cícero, cuja produtividade literária se situa a meio caminho entre os dois extremos assinados, é a mais eloquente testemunha do acontecimento, pois, sendo certo que, em sua obra, se denunciavam vestígios do conhecimento (directo ou indirecto) de escritos do *Corpus*, mais certo é que o Aristóteles do grande escritor latino é o “Aristóteles Helenístico”, não aquele que, cinco gerações após, seria o único a dominar a tradição aristotélica (v. O. Gigon, *Cicero und Aristoteles*, «Hermes», 87 [1959], págs. 143 e segs.).

A *Cave de Scépsis* (Strab. XIII 1, págs. 608-9; Plut. *Sylla*, 26; Athen. 5, pág. 214 D) é a “razão” lendária do inexplicável destino dos livros aristotélicos que compõem o *Corpus*. Neleu, discípulo de Aristóteles e de Teofrasto, que teria herdado do primeiro escolarca do Liceu todos os livros que lhe pertenciam e, juntamente, os de Aristóteles, levou-os para Scépsis (Ásia Menor) e confiou-os a seus

familiares, gente rude, que ignorou o alto valor do depósito, até o dia em que os reis de Pérgamo os cobijaram para sua biblioteca, rival da alexandrina. Nessa altura, quando os livros de Aristóteles e de Teofrasto, já danificados pela humidade e roídos pelas traças, mofavam na cava em que os amontoaram, surgiu um tal Apélicon, “mais bibliófilo do que filósofo”, que os comprou aos herdeiros de Neleu, por elevado preço. Mas, ao transcrever os textos, Apélicon tão incorrectamente preencheu as lacunas e emendou as corruptelas, que a sua edição, espoliada por Sila (86 a.C.), após a conquista de Atenas, havia de celebrar o nome do gramático Tirânion (discípulo de Dionísio da Trácia e, portanto, o primeiro filólogo da escola de Aristarco, domiciliado em Roma), que, sendo verídica esta parte da História, decerto teria de devotar o melhor de sua vida a estabelecer um texto fidedigno dos escritos acroamáticos.

Se, efectivamente, foram Sila e Tirânion quem revelaram a Roma (e, por conseguinte, a todo o mundo antigo) os textos da Escola, não admira que escritores da época, de quando em quando, mostrem conhecer uma ou outra página do “novo Aristóteles” — nomeadamente Cícero, que é o primeiro testemunho da *Ética Nicomaqueia*. Mas, como dissemos, até o século II, o Aristóteles que predomina é o helenístico.

Depois da notícia fugaz, inserta no *de finibus* (V 12), no século II Aulus Gellius (XX 5,1) nos informa mais pormenorizadamente acerca das diferenças *internas* entre o Aristóteles da época helenística e o Aristóteles da época romana: “commentationum suarum... artiumque, quae discipulis tradebat, Aristoteles philosophus duas especies habuisse dicitur... ἀκροατικά e ἐξωτερικά...”

Ora, na perspectiva pela reedição de todos os fragmentos do “Aristóteles perdido” e, por consequência, através do reconhecimento da dicotomia — obras exotéricas ou publicadas, e textos ou sumários de lições proferidas no mais restrito âmbito da escola —, tornou-se flagrante certa oposição entre mestre e discípulo. Com efeito, de Platão res-

tam todos ou quase todos os escritos “exotéricos” (o que talvez não pouco tenha contribuído para eliminar, da tradição, os congêneres escritos de Aristóteles); mas do Estagirita, salvo a *Constituição de Atenas*, só os “acroamáticos”. E ainda se dá o seguinte: enquanto, no conjunto da obra de Platão, se distinguem três períodos, cujos limites a moderna crítica fixou com relativa segurança e de modo que, com raras exceções, não subsistem dúvidas a respeito da atribuição de um ou outro diálogo a esta ou àquela época da sua vida de mestre e pensador — muitas vezes é ainda questão aberta a de saber, com satisfatório rigor, quais as obras, ou quais as partes, em cada uma das obras de Aristóteles, que correspondem a um ou outro período do seu magistério filosófico.

Tal é, em poucas palavras, a “Questão Aristotélica”, vagamente renunciada por Werner Jäger, em 1913, no seu especializadíssimo trabalho acerca da composição da *Metafísica*, e, dez anos depois, precisamente enunciada e amplamente divulgada, pelo mesmo autor, em um dos mais preciosos livros da inesgotável bibliografia do aristotelismo.

CRONOLOGIA DOS ESCRITOS DE ARISTÓTELES

Das pesquisas histórico-filológicas de Jäger, resultaria para a cronologia dos escritos aristotélicos a articulação periódica que passamos a expor.

1. *Período Ateniense* ou “*Acadêmico*”: Diálogos (perdidos), salvo o *De philosophia* e o *Protrepticum* (exotéricos); formação da doutrina contida nos tratados lógicos e na *Retórica*; princípios fundamentais da *Física*, consignados nos livros I, II e VII (ideia de finalidade, matéria e forma, potência e acto); *De caelo* I; as partes mais antigas da *Política* (livro II cc. 2 e 3) e o livro III do *De anima*.

2. *Período de Asso, Lesbo e Macedónia*: os livros mais antigos da *Metafísica* (I, V, XI e XII, exceptuado o c. 8, cc. 9 e 10 do XIII e todo o XIV); *De philosophia* (“exotérico”), contemporâneo do livro I da *Metafísica*; *Eth. eud.*;

livros II, III, VII e VIII da *Política*; *De caelo* (excepto o livro I) e *De gen. et corrupt.*

3. *Período do Liceu* ou da “*organização da pesquisa científica*”: em geral, todas as obras de carácter histórico e biológico; *Meteor.*; *De anim.* I e II; *Parva naturalia*. Nestes anos de actividade magistral, à frente dos filósofos, historiadores e naturalistas do Liceu, Aristóteles estabelece as bases de uma grandiosa *suma*, que vemos realizar-se nos anos sucessivos, pelo menos no que concerne à História da Ciência (Teofrasto: História da Física; Eudemo: História da Matemática; Ménon: História da Medicina). É também, neste período, que Jäger situa a revisão da teoria do primeiro motor, que consta do c. 8 do livro XII da *Metafísica*, e, de acordo com as novas tendências empíricas da escola, os livros IV, V e VI da *Política* (cuja redacção se basearia nos materiais das *Constituições*); e, por conseguinte, também a *Ética nicomaqueia*, que, como “fenomenologia da vida moral”, corresponderia à “fenomenologia da vida política”, desenvolvida naqueles três livros da *Política*; finalmente, os livros VII, VIII e IX da *Metafísica*, com o VI, que lhes serve de introdução (doutrina da substância).

A ideia de “desenvolvimento interno”, que presidiu à elaboração desta tese renovadora, explica, com um mínimo de pressupostos, inúmeras contradições que a crítica novecentista já havia denunciado pela análise do extenso *Corpus Aristotelicum*, e, em primeiro lugar, os que radicariam nas diversas atitudes do filósofo — desde a velada oposição até à ostensiva polémica — defronte a Platão ou a seus sucessores na Academia. Restrições e objecções, em especial as dos neo-escolásticos de Louvain, incidem com particular vigor nas tendências que, após Jäger, vieram a lume, para demasiado evidenciar o “empirismo” do Liceu (III período) e, portanto, para debilitar o valor tradicional do testemunho aristotélico, quanto à perenidade da *Metafísica*. No entanto, é certo que não há página em seu *Aristóteles*, onde Jäger afirme que o filósofo alguma vez tenha desistido da especulação metafísica; quando muito, o que se

poderá dizer é que, do primeiro ao último período, Aristóteles se vai afastando progressivamente daquela concepção da Metafísica a que poderia ter chegado, se prosseguisse nas pisadas do mestre, tentando simplesmente resolver a seu modo as aporias que Platão deixara insolutas.

Depois de Jäger, apresentou F. Nuyens (*L'évolution de la psychologie d'Aristote*, 1948) outro critério para determinação da cronologia das obras de Aristóteles. A ideia do filósofo holandês consistia em averiguar que estágios intermediários se percorrem, através do *Corpus Aristotelicum*, desde o *Eudemo*, em que a alma é ainda uma substância separada, até ao *De anima*, em que ela é já a entelêquia do corpo, e, portanto, em que corpo e alma constituem uma unidade substancial. Questão seria, pois, a de classificar as obras do Estagirita em três períodos, que se distinguiriam, o primeiro, pelo "dualismo antagónico" do *Eudemo*, o segundo, pela "natural colaboração" da alma e do corpo, qual é, por exemplo, a manifesta concepção da *Historia animalium*, e o terceiro, pela doutrina da "alma-entelêquia", que vemos plenamente desenvolvida no *De anima*. A aplicação deste critério permitiu a Nuyens alcançar resultados que, em parte, confirmam a teoria de Jäger e, em parte, a contradizem. Assim, o *De philosophia* e o *Protrepticum* transitam do período de Asso e Lesbo (II) para o período da Academia (I), e, portanto, também o *De caelo*, a *Phys.* I-VII e o *De gen. et corrupt.* pertenceriam ao primeiro período, ao passo que as obras lógicas, o *De intérpr.* e *Analíticos*, ao segundo. A *Historia animalium*, como se disse, é característica do II período de Nuyens (era-o do III de Jäger) e, com este tratado, semelhantemente se desloca a maior parte das obras biológicas, com excepção do 6.º tratado dos *Parva naturalia* e do *De generatione animalium*.

O mérito incomparável de Jäger reside, todavia, em que todas as descobertas susceptíveis de esclarecer a biografia intelectual de Aristóteles se efectuam, não em oposição a esse princípio do "desenvolvimento interno", que o eminente filólogo e historiador estabeleceu, e ninguém põe em

dúvida, mas, apenas, de acordo ou em desacordo com um ou outro critério classificatório da bibliografia aristotélica. Jäger propunha-se distinguir as várias fases, na evolução intelectual de Aristóteles, percorrendo uma trajetória que parte da "Metafísica platónica" para chegar a uma "ciência rigorosa, assente em bases empíricas"; Nuyens julga possuir, no desenvolvimento da Psicologia, a chave da questão aristotélica; os resultados, por vezes tão diversos e contraditórios, reflectem a enorme complexidade do problema que há mais de quinze séculos foi enunciado pelo primeiro grande comentador do Estagirita, e que, afinal, é o móbil de todas as pesquisas neste campo da crítica e da história da tradição.

Efectivamente, questão primacial seria a diversidade que se julga apreender pelo confronto das doutrinas do *Corpus* e dos *Fragmentos*. Alexandre de Afrodísias (primeira metade do século III d.C.) decidia-se por uma solução externa: a inautenticidade dos "exotéricos". Jäger representa a conciliação do extremismo de Alexandre, em que, aliás, reincidiu o moderno editor dos fragmentos (v. Rose, *Aristoteles Pseudepigraphus*, 1863), e o extremismo de Zürcher (J. Zürcher, *Aristoteles' Werk und Geist*, 1952), que, a bem dizer, mais não faz que prosseguir consequentemente nas pisadas dos críticos mais recentes. De facto, segundo a tese inquietante e escandalosa de Joseph Zürcher, à obra autêntica de Aristóteles pertenceriam, com raras excepções, apenas aqueles escritos que naufragaram na tempestuosa corrente da tradição, e, entre os livros do *Corpus*, mal se pode distinguir o que pertence a Aristóteles e o que pertence a Teofrasto. Diga-se de passagem que as discordâncias dos resultados, na aplicação de diversos critérios de divisão cronológica das obras de Aristóteles, apontam para uma possível "contaminação", isto é, para uma eventual redacção de todos os escritos acroamáticos do filósofo, após a sua morte, efectuada por algum discípulo tão ávido de "coerência interna" e "imobilidade sistemática", que não se haja coibido de "corrigir" as mais flagrantes "anomalias".

Se, na exposição que precede, não deixámos assinalado o lugar que competiria à *Arte Poética*, entre os demais escritos de Aristóteles, é porque, felizmente, neste campo, poucas tarefas haverá tão fáceis de cumprir. Já uma cronologia relativa, baseada, simplesmente, nas próprias citações que Aristóteles faz de escritos seus (v. P. Thielscher, *Die relative Chronologie der erhaltenen Schriften des Aristoteles nach den bestimmten Selbstzitate*, "Philologus", 97 [1948], págs. 239 e segs.), bastaria para situar a *Poética*, por um lado, depois da *Ética Nicomaqueia* e da *Política*, e antes da *Retórica*, e, por outro lado, após o *De anima* e o *De interpretatione* — o que significa que, seja qual for o sistema de classificação cronológica adoptado, a data da composição desta obra recairá sempre no último período da vida do filósofo. Mas, aqui, a evidência interna é bem relevante. Se há livro que melhor exemplifique o carácter "acroamático" de todos os que integram o *Corpus Aristotelicum*, esse é a *Poética*. Nenhum outro se nos afigura mais "torturado" por notas marginais, expressões parentéticas e acréscimos sucessivos, do que este, que, certamente, foi texto para mais de uma série de prelecções a discípulos interessados na problemática da literatura e das suas implicações antropológicas e políticas. Além disso, quase todas as suas proposições teóricas parecem reclamar os esclarecimentos que o filósofo, decerto, não deixaria de fornecer, por via de referência à tal base empírica — no caso, os copiosos escritos "hipomnemáticos" que diziam respeito à matéria.

Mas, o principal "pressuposto" da *Arte Poética* ainda seria uma daquelas obras exotéricas que os seus ouvintes bem conheciam de memória: o diálogo *Dos Poetas*. Uma alusão a Empédocles, outras aos mimos de Sófron e Xenarco, possivelmente todas as vezes que o mestre pronunciava a palavra "imitação" ou se referia à "catarse", seriam ocasião para lembrar algumas passagens desse livro, em que o assunto fora desenvolvido por todas as suas articulações essenciais.

A extrema importância que a consideração deste diálogo tem assumido na exegese do nosso texto e em todos os trabalhos que se propõem resolver o problema da formação e do desenvolvimento das doutrinas estéticas do Estagirita, assim como naqueles que visam o esclarecimento de tantas obscuridades que envolvem a história da crítica literária, através das gerações dos gramáticos e filólogos que sucederam a Aristóteles — leva-nos forçosamente a retomar, neste ponto, a difícil questão dos "exotéricos", mas, desta vez, com o especial propósito de descobrir a relação que existiria entre o texto perdido e o texto preservado pela tradição.

Houve tempos em que se julgou observar flagrante discrepância entre os juízos que Aristóteles formula acerca de Empédocles, na *Poética* (47 b 13, v. *Índice Onomástico*, s.v.) e no *De Poetis* (frg. 1 Ross, pág. 67); porém, mais atenta leitura basta para dissipar o equívoco (v. *infra*, com. *ad locum*): em ambos os lugares, o juízo é idêntico; só as expressões diferem, em conformidade com os aspectos sob os quais é encarada a obra do poeta-filósofo de Agrigento. Aliás, onde quer que se denunciem outros vestígios de alguma referência ao diálogo "publicado", o autor da *Poética* fá-lo de modo que não é possível qualquer hesitação quanto ao acordo essencial das doutrinas expostas. Em relação ao tratado acroamático, o diálogo exotérico não representa, portanto, uma fase de pensamento, longínqua e superada, o que nos permite supor, ou que o sistema de Aristóteles se manteve inalterado durante muitos dos seus anos derradeiros, ou que as duas obras não foram redigidas em datas muito distantes. Mas, se optarmos, como parece mais natural, pelo segundo membro da alternativa, conclusão lógica é termos de recusar algumas conclusões da crítica hodierna e reconsiderar as opiniões dos antigos acerca da diferença entre os escritos exotéricos e acroamáticos.

Segundo Aulus Gellius (XX 5,1), "ἐξωτερικά dicebantur quae (i. e. commentationes) quae ad rhetoricas meditationes facultatemque argutiarum civiliumque rerum notitiam

conducebant. ἀκροατικά autem vocabantur in quibus philosophia remotior subtiliorque agitabatur quaeque ad naturae contemplationes disceptationesve dialecticas pertinebant”. A diferença, por conseguinte, não se atribuía senão à diversidade das matérias tratadas: de modo geral, os exotéricos não incidiam sobre problemas de lógica e filosofia natural, e os acroamáticos desdenhavam de questões retóricas e políticas. Não há dúvida que, nestes termos, a distinção proposta pelo gramático latino anda bem longe da verdade que se depreende dos fragmentos e dos testemunhos que possuímos acerca dos diálogos perdidos (cf. *Aristotelis Fragmenta Selecta*, de W. D. Ross, Oxford 1955, 2.^a ed. 1958). No entanto, é bem certo que a referência a uma oposição entre as “rhetoricas meditationes” e as “disceptationes dialecticas” deve ter guiado o espírito de Bernays, o qual, segundo Bonitz (*Index Aristotelicum*, pág. 104 b), dizia estar abrangido “eo nomine (i. e. ἐξωτερικοί λόγοι) genus quoddam librorum, quod a severa et accurata philosophicae doctrinae alienus sit”.

A TESE DE WIELAND

O passo mais decidido e mais decisivo, nesta linha de solubilidade do problema, deu-o, recentemente, Wolfgang Wieland, em seu trabalho “Aristóteles como mestre de Retórica, e os escritos exotéricos” (*Aristoteles als Rhetoriker und die exoterischen Schriften*, “Hermes”, 86 [1958], págs. 323-346). O filólogo parte da consideração mais atenta de uma passagem da *Física* (IV, pág. 217 b 29 e segs.) para concluir que as palavras “através de (escritos, discursos) exotéricos” se referem a um modo de abordar aqueles mesmos problemas, que, de outro modo, são tratados nos escritos acroamáticos; ou antes, que os exotéricos referir-se-iam a problemas de outra espécie, que podem surgir a propósito do mesmo objecto da exposição acroamática. O autor crê poder afirmar que tais problemas são “problemas de existência”, e não, “problemas de essência”; são proble-

mas do ὄντι, e não problemas do διότι (págs. 326-27). Ora a existência ou inexistência não é susceptível de prova apodíctica; o mais que se poderá fazer é *persuadir* ou *dissuadir* a quem negue ou afirme que um objecto existe ou não existe. Não admira, portanto, que na aludida passagem da *Física* — argumentação *exotérica* sobre a existência ou inexistência do tempo —, ocorram, não vocábulos tipicamente científicos, como ἐπιστήμη (ciência) e εἶδησις (conhecimento), mas outros termos, que provêm da retórica: πίστις (crença) e πειθῶ (força persuasiva). As provas de existência, neste passo da *Física*, como nos demais deste e dos outros tratados, que incidem sobre semelhante argumento — lembramos, por exemplo, no início da *Metafísica*, a prova de que “todos os homens, por natureza, desejam conhecer”, e na *Poética* (c. IV) a prova de que o “imitar é congénito no homem” (cf. coment. *ad locum*) —, e já antes em Platão (Wieland cita as provas da imortalidade da alma, no *Fédon*), — as provas de existência, dizíamos, decorrem a modo tipicamente retórico, neste sentido rigoroso de se servirem da técnica do “entimema”, que o próprio Aristóteles designa por “silogismo retórico”. O processo consiste principalmente no acúmulo de “sinais” (σημεία) e “testemunhos” (τεκμήρια) — por onde se revela quanto o raciocínio exotérico (ou retórico) difere do raciocínio acroamático (ou apodíctico). Efectivamente, ao passo que em uma demonstração rigorosamente lógica não tem sentido o querer fundamentar melhor uma cousa, pelo facto de lhe conferir fundamento, de muitas e várias maneiras, do mesmo passo se apreende que a demonstração retórica tanto mais eficiente será, quanto mais numerosos e diversos forem os “indícios” (sinais e testemunhos) de prova (pág. 335).

É, pois, um feliz acaso, este, de se nos deparar tão claramente definido o conceito de discurso “exotérico”, num texto acroamático. Mas, quanto ao sentido de “exotérico”, nas passagens em que o termo se aplica em adjectivar um escrito, provavelmente dos “publicados” (ἐκδομένοι)? É neste ponto que se apresenta a única hipótese de trabalho em causa: “a nossa suposição é que atrás dos

ἔξωτερικοί λόγον se oculta a manifestação literária daquele tempo em que Aristóteles exerceu o magistério retórico” (págs. 337-38).

Nas fontes biográficas comparecem, efectivamente, indícios de tal magistério (pelo menos, durante a primeira estadia do filósofo em Atenas), actividade que lhe teria grandjeado a antipatia e animosidade de Isócrates, chegando um discípulo do orador, um tal Cefisódoto (ou Cefisodoro) a escrever e publicar uma refutação em quatro livros das doutrinas expostas pelo discípulo de Platão. Wieland, que não crê na hostilidade entre mestre e discípulo, referida pela tradição, interpreta os testemunhos, segundo os quais Aristóteles teria aberto uma escola concorrente da Academia, ainda durante a vida do seu fundador, precisamente no sentido daquela hostilidade e concorrência a Isócrates (pág. 336), e acrescenta a verosímil suposição de que os quatro livros de Cefisódoto nunca poderiam ter saído a lume, se o discípulo de Isócrates não houvesse encontrado suficientes referências em obras publicadas pelo discípulo de Platão. Enfim, sem que se possa dizer que o facto constitui uma prova, convém lembrar que, dos testemunhos de Cícero acerca dos “exotéricos”, muitos se encontram justamente no âmbito dos estudos retóricos (cf. Ross, *Fragm. Selecta*, págs. 1-4).

Sem dúvida, toda esta argumentação mal toca o problema que mais nos interessaria resolver. Com efeito, não resta qualquer notícia acerca de um magistério retórico de Aristóteles em período que não seja o académico, e permanecemos na ignorância acerca da existência ou inexistência de outro, no último período ateniense. Ora, como dissemos, neste último período da vida do filósofo é que foi redigido o livro que da *Arte Poética* nos resta, e, pelos motivos acima indicados, não longe dessa época, também o diálogo *Dos Poetas*. Wieland, porém, que escreve nestes dias, em que filólogos e historiadores cada vez mais se inclinam para não rejeitar qualquer dado da tradição, senão quando demonstrada a sua absoluta falsidade, ainda nos adverte, a propósito do citado texto de Gellius, que a

última palavra ainda não foi pronunciada pela crítica, acerca do ensino exotérico *matinal* e do ensino acroamático *vesperal* do Estagirita.

VALOR GERAL DOS TESTEMUNHOS FRAGMENTÁRIOS

Acabamos de verificar, mediante um exemplo imprescindível à economia do nosso trabalho, que a indagação filológica se assemelha por muitos aspectos à pesquisa arqueológica. O leigo poderá supor que, neste campo, se hajam exercido esforços que mais bem empregados seriam no terreno habitualmente explorado pela história e crítica literárias; mas não chega a suspeitar de que, sem eles, nem teria história essa literatura que tanto aprecia e admira nas obras conservadas pela tradição. Quanto à Hélade, é certo que possuímos os poemas de Homero, diálogos de Platão, comédias de Aristófanes, histórias de Heródoto, orações de Demóstenes, odes de Píndaro, tragédias de Sófocles, se não integralmente, pelo menos de modo a que possamos discorrer acerca da Epopeia, da Lírica, da Tragédia, da Comédia, da Retórica, da Historiografia e da Filosofia — em suma, de todos os géneros literários cultivados pelo génio incomparável da Grécia Antiga. Mas, que seria da história desses géneros, se não dispuséssemos também de alguns fragmentos de Safo e Alceu, de Arquíloco e de Simónides, de Parménides e Heráclito, de Epicarmo, de Hecateu ... — isto é, sem a paciência, a argúcia e o engenho de tantos *arqueólogos* da literatura?

A escavadores de ruínas da tradição também devemos certa compensação das injúrias e mutilações que sofreram os escritos de Aristóteles, pois, como vimos, não quis a mercê do destino repartir-se igualmente pelo mestre e pelo discípulo. Se as obras de Platão chegaram até nós em estado de satisfatória integridade, perante as vicissitudes dos escritos aristotélicos, pelo contrário, bem cedo foram enunciados aqueles múltiplos e complicados problemas da tradição manuscrita. História ou lenda, a “cave de Scépsis”

aponta para uma verdade indiscutida e indiscutível: depois de Tirânion, a edição de Andronico de Rodes já não continha senão a parte das obras de Aristóteles que consta do *Corpus*, designadamente, a dos escritos acroamáticos. Os outros, os “exotéricos”, talvez porque andassem de mão em mão, escusavam de ser reeditados pelos antigos gramáticos; mas estes careciam de uma reedição que os arrancasse ao olvido, a que teriam sido votados a partir do momento em que a Escola se orientou decididamente no sentido da investigação erudita e para os problemas mais estritamente naturalísticos e histórico-literários. Se o grande desvio teve lugar ainda em vida de Aristóteles, ou de Teofrasto, ou só depois da morte do fundador do “Perípatos” ou do grande escolarca que imediatamente lhe sucedeu — essa é outra questão. A “cave de Scépsis” é, como escrevemos, a “razão” lendária, que desoculta uma verdade histórica: os escritos acroamáticos eram sùmulas de uma doutrinação viva, oralmente transmitida de mestre a discípulos. Cada um deles supõe, por conseguinte, a totalidade de um sistema filosófico e a minuciosidade da investigação erudita que caracteriza os doze anos derradeiros do magistério de Aristóteles em Atenas. A *Poética* é uma dessas sùmulas. Queremos dizer: é um livro em que o enunciado e as soluções de certo problema se encontram patente ou latente coordenados com os enunciados e as soluções de outros problemas afins, que iam surgindo na via de formação de uma grandiosa *enciclopédia*.

ESTRUTURA ORIGINAL DA POÉTICA

Originalmente, a *Arte Poética* compreendia dois livros, e não só aquele que a tradição nos legou, que era o primeiro. Com efeito, o catálogo transmitido por Diógenes Laércio menciona dois livros de uma “*pragmatéia*” da arte poética; e tanto o nosso texto como o de outros tratados de Aristóteles bem parecem aludir ao segundo livro. Assim, no capítulo VI (pág. 1449 b 21), em que diz “da imitação em hexâ-

metros e da comédia trataremos depois...”; e na *Retórica*, em dois lugares (I, 11, 1372 a 1; III 18, 1419 b 5), referindo-se ao “ridículo”, *de que já tratara na Poética*. Menos demonstrativo é o argumento sugerido pelas omissões. Não há dúvida que o primeiro livro omitiu, entre outras, a definição de “catarse”, e quantas centenas, se não milhares, de páginas nos tem custado essa omissão, sabe-o quem quer que se proponha resolver o problema. Teria Aristóteles alguma vez explicado em que consiste aquela “purgação das emoções de terror e piedade” a que visa a tragédia? Na *Política* promete fazê-lo *ἐν τοῖς περὶ ποιητικῆς* (“nos [livros] acerca da poesia”). São os mesmos termos em que a *Retórica* se refere ao “ridículo”, mas no texto da *Poética*, que a tradição conservou, só comparece a palavra; nada mais. Resta, pois, a suposição, aliás verosímil, de que o segundo livro desenvolvesse aquele conceito. Mas é apenas uma hipótese; e tanto ou tão pouco plausível, como aquela que atribui semelhante desenvolvimento ao diálogo *Dos Poetas* (cf. Rostagni, *op. cit.*). Há, por fim, o argumento paleográfico. A *vulgata* (cod. A e apógrafos) termina assim: “falámos, pois, da tragédia e da epopeia... das causas pelas quais resulta boa ou má a poesia, das críticas e respectivas soluções”. Mas o *Riccardianus* acrescenta: “dos jambos e da comédia...”, e, depois da palavra “comédia”, outra, evanescente, que, sendo *γράφω* (“escreverei”), como parece, confirmaria a hipótese, ou a quase certeza, de seguir imediatamente outro livro sobre a comédia e a poesia jámbica, e que talvez contivesse uma exposição da problemática respeitante à catarse.

Problema não menos interessante e instrutivo é o da perda deste livro.

Não há dúvida que já no século VII, o autor da versão siríaca, da qual dependem as traduções e paráfrases dos aristotelizantes árabes, ignorava a existência do segundo livro da *Arte Poética*. Por consequência, a perda deve ascender a época bem mais remota, e há motivos para suspeitar que o livro já não existia à data em que começou a transcrição de toda a literatura antiga do “volumen” para o